

ESFORÇO
Delcídio defende a continuidade dos trabalhos da comissão durante o recesso parlamentar



Célio Azevedo

Delcídio busca entendimento com oposição para conduzir CPI

Senador promete ambiente de "absoluta confiança" nos trabalhos, que pretende desenvolver de "maneira conciliatória" com os opositoristas. Mais de 90 requerimentos já foram apresentados à comissão

Páginas 4 e 5

Iniciativa popular vira lei com o novo sistema habitacional

Uma iniciativa popular nascida há mais de 13 anos nos movimentos em defesa da moradia acaba de virar lei. O presidente Lula sancionou o projeto que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria um fundo para financiá-lo. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino

Cavalcanti, além do relator da proposta na Comissão de Justiça do Senado, Marcelo Crivella, participaram da solenidade. Crivella disse que o Senado fez "um trabalho extraordinário" não só aprovando o projeto, como também criando uma jurisprudência: a da ausência de limitações ao poder popular.

Página 3



J. Freitas

REALIZAÇÃO Severino, Renan, Lula e Dirceu na solenidade que transformou em lei a idéia de movimentos pró-moradia



Jane Araújo

APELO Marina, ao lado de Quintanilha e Guerra (D), chega para audiência em que analisa os desmatamentos e denuncia estrutura corrupta na Amazônia

Marina pede ajuda da sociedade para combater o desmatamento

O desmatamento não pode ser combatido apenas por um ministério, mas pela sociedade como um todo. O ponto de vista foi defendido pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva,

em audiência conjunta de duas comissões do Senado. Ela ouviu sugestões para enfrentar o problema que destruiu mais de 26 mil quilômetros quadrados de floresta, entre 2003 e 2004.

Página 8

Avaliação do desenvolvimento chega à CRE

O Brasil avança mais rapidamente que a média da América Latina e do Caribe em direção à maioria dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A conclusão é de um relatório sobre a região elaborado pela Cepal e entregue ao presidente da Comissão de Relações Exteriores, Cristovam Buarque. O documento afirma, porém, que o Brasil ainda mantém uma das mais agudas desigualdades de renda da América Latina e apresenta taxa de mortalidade infantil acima da média regional.



Célio Azevedo

DIAGNÓSTICO Cristovam, entre Patrus Ananias e Olívio Dutra, recebe documento sobre a realidade dos países da América Latina e do Caribe

Página 7



CONVITE Serys espera que Blairo Maggi compareça ao Senado para discutir o desmatamento

Serys cobra de governador política ambiental

Serys Slhessarenko (PT-MT) responsabilizou ontem o governador Blairo Maggi pela inexistência de uma política de preservação ambiental em seu estado. A senadora fez um apelo para que ele se retrate diante da sociedade mato-grossense e nacional e da comunidade internacional pelo fato de Mato Grosso ser o responsável por 48% do desmatamento da Amazônia. Serys conclamou o governador a comparecer ao Senado para discutir esse assunto a convite da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Pouco antes de ocupar a tribuna, Serys havia participado de reunião das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e do Meio Ambiente (CMA), em que a ministra Marina Silva enfatizou a importância do trabalho de preservação do meio ambiente nas instâncias federal, estadual e municipal.

Serys, que foi apartada pelo senador Sibá Machado (PT-AC), pediu que as madeiras que trabalham dentro da lei sejam poupadas, mas que as que estão trabalhando de forma irregular sejam devidamente punidas.

Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão se desloca ao Sul para audiência pública

A Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão realizou ontem audiência pública, em Porto Alegre (RS), para discutir a ação de despejo contra o Quilombo Silva, localizado no bairro Três Figueiras, na capital gaúcha. O processo de despejo teve início no dia 2 deste mês, por determinação do juiz da 13ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

REFERÊNCIA Paulo Paim diz que o Quilombo Silva é exemplo na luta pela garantia da posse da terra

No momento, a ação está suspensa por decisão judicial para a análise do pedido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para que o processo seja remetido à

instância federal. Segundo o assessor jurídico do Movimento Negro Unificado (MNU), Onir Araújo, as 12 famílias que residem no Quilombo Silva devem esperar aproximadamente 120 dias para que o Incra emita a titulação de quilombo urbano, que garantirá a permanência da família Silva no local.

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa gaúcha, Dionilso Marcon, pediu à Justiça que não tome nenhuma decisão antes dos cem dias necessários à liberação da titulação para o quilombo.

A representante do Ministério Público Estadual, procuradora Miriam Balestro, afirmou que

os quilombos estão respaldados pela Constituição, que dá a eles direito de posse da terra.

Emocionada, Lígia Maria Silva, a residente mais velha do Quilombo Silva, ressaltou que a terra em que mora é de propriedade de sua família e que há 70 anos só existia mato no local, onde a única casa era a do seu avô.

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da subcomissão, disse que o Quilombo Silva é um exemplo na luta pela garantia do direito de posse da terra para os 2.228 quilombos existentes em todo o Brasil. O senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que o Brasil foi o último país a libertar os escravos.

Agenda

Sessão de debates

O Plenário promove hoje, a partir das 9h, sessão não deliberativa. Sem a votação de projetos, ela é destinada a debates dos senadores e a comunicados da Mesa diretora e das lideranças partidárias. Na próxima semana, o Plenário vota projeto originado da medida provisória que libera recursos para a Presidência e para ministérios.

Rádio faz homenagem a Nelson Gonçalves

Amanhã, às 16h, a Rádio Senado destaca um dos maiores intérpretes da música brasileira: Nelson Gonçalves. Aos seis anos, o garoto gago cantava em feiras livres com o

pai, que tocava violino e se fingia de cego para ganhar alguns trocados. O programa traz a interpretação de Nelson para canções de Noel Rosa, Francisco Alves e Lamartine Babo.



Responsabilidade social

O programa *Inclusão*, que vai ao ar pela TV Senado amanhã, às 11h30 e às 22h, mostra iniciativas do empresariado que garantem uma maior oferta de empregos e o atendimento permanente a comunidades carentes.

Fale com o Senado

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As perguntas e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Seminário sobre a mulher e a mídia em São Paulo

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) vai proferir palestra de abertura no seminário "A Mulher e a Mídia II", neste final de semana, em São Paulo (SP). O evento reunirá jornalistas e profissionais de comunicação da América Latina. Patrocinado pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres da capital paulista, o seminário visa, segundo informou a senadora, debater o papel da mulher na imprensa, na publicidade e na dramaturgia. Também em defesa da mulher, Serys lançou, em braile, a cartilha denominada *A Mulher e as Leis*, publicação que, em 32 páginas, reúne de forma didática perguntas e respostas sobre direitos das mulheres.



Patrícia anuncia em Plenário saída do PPS

Em pronunciamento emocionado e dirigido diretamente ao presidente Lula, a senadora Patrícia Saboya (CE) anunciou ontem, em discurso no Plenário, sua saída do PPS. Patrícia denunciou que os dirigentes do partido agiram de maneira autoritária e arbitrária ao afastá-la da agremiação. Ela recebeu a solidariedade de mais de 20 senadores de todos os partidos, e o convite dos líderes para ingressar no PT, PSDB, PFL, PMDB e PSB.

– Descobri que fui afastada pelo *site* do partido. Entrei de cabeça erguida no PPS e quero sair de cabeça erguida, com a certeza de ter cumprido o meu dever – lamentou a senadora, com indignação, na presença dos seus filhos, que assistiam ao pronunciamento das galerias.

De acordo com a senadora, os deputados Júlio Delgado (MG), Lupércio Ramos (AM) e B. Sá (PI) a autorizaram a expressar que, por não aceitarem conviver com o “totalitarismo” imposto pelo presidente do partido, deputado Roberto Freire (PE), também deixarão o PPS.

– Cancelaram minha filiação, enviando cartas ao Senado, sem o meu conhecimento prévio, e já fazendo a comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Tudo isso aconteceu sem que o Comitê



Roosevelt Pinheiro

CRÍTICAS Patrícia afirma que dirigentes do partido agiram de maneira autoritária e arbitrária

de Ética tivesse a oportunidade de se pronunciar a respeito da questão e sem que me fosse concedido o amplo direito de defesa – protestou.

Patrícia Saboya lembrou que, depois da derrota do candidato do partido à Presidência da República (seu ex-marido Ciro Gomes) nas últimas eleições presidenciais, o PPS decidiu apoiar o governo Lula, por existirem identificações programáticas. Mas, narrou ela, em dezembro de 2004 a direção do PPS concluiu que “este governo estava acabado” e decidiu abandonar sua base de apoio.

– Não concordei e discuti. Acredito que este governo tem feito e fará muito mais – afirmou a senadora. No entanto, segundo ela, a direção do PPS vem lançando mão dos mais diversos artifícios para afastar o grupo político ao qual ela pertence. Patrícia assegurou que em nenhum momento quis trair os seus eleitores, pois entrou no PPS por acreditar num ideário comum a seus correligionários.

média mensal de geração de empregos era de apenas 8 mil vagas; em dois anos [do atual governo], a média com carteira assinada é de 91 mil, ou seja, 11 vezes maior”.

O senador lembrou que esses dados podem ser obtidos no Ministério do Trabalho, por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), ou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad). Ao consultar essas fontes, Eduardo Azeredo concluiu que os resultados são “completamente distintos dos apresentados pelo presidente”.

– Segundo a Rais, foram gerados, entre 1994 e 2002, cerca de 5,6 milhões de empregos, com uma média mensal de 58,5 mil empregos com carteira assinada, e não a uma média de 8 mil, como na conta do presidente Lula – afirmou o senador.



DÚVIDAS Azeredo observa que números oficiais não combinam com os mostrados pelo presidente

Azeredo contesta dados de Lula sobre emprego

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) contestou dados sobre geração de empregos apresentados pelo presidente Lula durante entrevista coletiva em 30 de abril, quando comparou seu governo com o de Fernando Henrique Cardoso. Lula disse que, “nos oito anos do governo anterior, a

Lula sanciona lei que regula habitação popular

■ População de baixa renda poderá usar recursos do sistema para comprar lote ou reformar casa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem de solenidade em que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei que regulamenta o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – texto relatado no Senado por Marcelo Crivella (PL-RJ), também presente à solenidade.

Na cerimônia, o presidente da República anunciou que seu governo estuda iniciativa destinada a criar isenções, na área da construção civil, para as



J. Freitas

BENEFÍCIOS Observado por Severino Cavalcanti (E), o presidente da República conversa com Renan Calheiros durante solenidade no Palácio do Planalto

pessoas de baixa renda que desejam comprar material, como cimento ou cal, para utilizar na reforma de suas moradias.

A lei sancionada autoriza o Executivo a criar um comitê para gerir os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Esses recursos

poderão ser usados na compra de lotes em áreas regularizadas, assim como na reforma de casas para pessoas de baixa renda. O projeto passou 13 anos tramitando no Congresso e teve sua origem na mobilização nacional de movimentos populares em prol da moradia.

Para Crivella, trabalho do Senado "foi extraordinário"

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) comemorou a sanção do presidente da República ao projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Ele ressaltou que a proposta de iniciativa popular tramitou por 13 anos na Câmara e, no Senado, foi analisada em 45 dias. Crivella disse que o trabalho dos senadores foi destacado na cerimônia de sanção da lei.

Para Crivella, o Senado “fez um trabalho extraordinário” não só por ter aprovado a proposta, mas por ter criado uma jurisprudência. Ele afirmou que foram debatidas no Senado a juridicidade e a constitucionalidade do projeto, chegando os senadores à conclusão de que o artigo 61 da Constituição,

que trata das prerrogativas do presidente da República, não cerceia projetos de iniciativa popular. Com isso, explicou o senador, as pessoas podem se organizar e recolher assinaturas, apresentando seus projetos ao Congresso Nacional.

– Não há mais nenhuma limitação para o poder de ação dos projetos de iniciativa popular. O Senado teve a presteza de aprovar a matéria em 45 dias e eliminou a alegação de que o povo não pode ter iniciativa de propor leis em prerrogativas do presidente da República – destacou.

Ao lembrar que os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Ideli Salvatti (PT-SC) foram os responsáveis pelo pedido de urgência para análi-



Roosevelt Pinheiro

INICIATIVA Crivella diz que novo sistema será a resposta do governo ao déficit habitacional do país

se da proposta no Plenário do Senado, Marcelo Crivella disse que, com a iniciativa, o Brasil conta novamente com um sistema de habitação popular que será o primeiro passo do governo federal na resposta contra o déficit habitacional, de 7 milhões de moradias.

– A sociedade brasileira tem um déficit com o povo mais humilde, aqueles que ganham até três salários mínimos – observou o senador.



Gerardo Magela

CRESCIMENTO Ideli ressalta que medida desonera tributação de setores produtivos do país

Ideli destaca “MP do Bem” e diz que país “está produzindo”

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou ontem a assinatura, pelo presidente Lula, da “MP do Bem”, medida provisória de incentivo ao setor produtivo. Ela afirmou que a iniciativa mostra que “o país está produzindo, realizando programas de governo importantes”.

Segundo Ideli, a “MP do Bem” propõe a desoneração tributária de determinados setores produtivos do país, para dar sustentabilidade ao crescimento econômico. Com essas medidas, disse ela, o governo vai abrir mão, neste ano, de R\$ 1,5 bilhão.



Presidente da CPI dos Correios faz reunião com assessoria técnica para planejar os trabalhos. Os cerca de 90 requerimentos recebidos serão triados e agrupados, mas o relator informa que pessoas acusadas de receber "mensalão" não serão convocadas

Delcídio defende trabalho da CPI durante o recesso

O presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai investigar as denúncias de corrupção nos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), e o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), reuniram-se ontem com a equipe técnica da comissão para tentar definir uma proposta de sistematização dos trabalhos. Delcídio afirmou que pretende trabalhar de "maneira conciliatória" com a oposição para que a CPI funcione efetivamente. O senador informou que o fim de semana será de trabalho para que a reunião da próxima terça-feira seja produtiva.

Até agora, a CPI dos Correios recebeu quase 90 requerimentos, que passarão por triagem e serão agrupados, segundo o relator. Serraglio adiantou que não serão analisados pedidos que possam criar "conflito de competência" e que requerimentos para ouvir pessoas ligadas às denúncias sobre o "mensalão" neste momento



ENTENDIMENTO "Não haverá relator paralelo porque o ambiente será de confiança", assegura Delcídio

não serão examinados, "o que não afasta análise posterior".

O relator informou ainda que a Mesa da CPI já preparou ofício para requisitar as duas gravações integrais, feitas em dias distintos, que mostram o ex-diretor de departamento dos Correios Maurício Marinho recebendo propina.

– Também vamos pedir tudo

que a Polícia Federal e o Ministério Público tiveram sobre as investigações.

Já o senador Delcídio defendeu o trabalho da CPI inclusive no recesso. Não se sabe, ainda, entretanto, se o Congresso funcionaria em julho por autoconvocação ou convocação extraordinária. O presidente da comissão de inquérito disse acreditar que a intenção da oposição de trabalhar com um "relator paralelo" – que seria o senador César Borges (PFL-BA) – não será necessária.

– César Borges é meu amigo, um homem de bem, competente e sério. Ele vai trabalhar junto conosco, não precisa de relator paralelo porque o ambiente vai ser de confiança – garantiu.

A idéia difundida pela imprensa e defendida pela oposição de que a CPI é "chapa-branca" também foi rechaçada por Serraglio.

Investigação não poupará ninguém, garante Maguito

"Nenhum membro da CPI vai acobertar coisa nenhuma para livrar a pele dos outros e trazer problemas para sua biografia ou história política." O recado foi transmitido em Plenário pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), ao rechaçar comentários de jornalistas e políticos de que, por ter como presidente e relator parlamentares da base do governo, a comissão parlamentar de Inquérito que investiga denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos seria "chapa-branca", ou seja, trabalharia para inocentar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva das denúncias.

Maguito opinou que os parlamentares da oposição deveriam aceitar que, na democracia, quando não há acordo,

vence quem tem mais votos. O senador disse isso ao defender a eleição do senador Delcídio Amaral para a presidência da CPI dos Correios, a sua própria eleição para a vice-presidência e a indicação do deputado Osmar Serraglio para a relatoria da comissão.

– A oposição não quis o acordo proposto, em que um parlamentar do PFL ficaria com a presidência e um da base do governo com a relatoria, ou vice-versa. Infelizmente, nada serve para a oposição. Eles querem comandar o governo, as CPIs, o Senado. A oposição, para comandar alguma coisa, tem que disputar novas eleições, ganhar, fazer maioria no Senado e na Câmara e eleger o presidente. Aí, sim, eles vão governar e comandar – afirmou



REGRA Maguito lembra que, sem acordo, em eleição para dirigentes de CPI vence quem tem mais votos

Maguito Vilela.

Em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC) sustentou o que já tinha dito, em pronunciamento feito na quarta-feira: "A CPI dos Correios não será 'chapa-branca', mas deverá ter as cores do Brasil". O parlamentar disse confiar na maturidade política, na ética e na capacidade de trabalho de todos os membros da comissão de inquérito.



PREOCUPAÇÃO Segundo Pavan, a sociedade brasileira está colocando todos os políticos "no mesmo balaio"

Pavan pede a punição de todos os culpados

Preocupado com a repercussão na opinião pública das denúncias de corrupção envolvendo políticos, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios "investigação séria" e punição de todos os envolvidos em atos de corrupção que o colegiado investigar. Ele lamentou que, diante do que vem ocorrendo,

a tendência da população seja a de não mais acreditar nos políticos.

– A sociedade brasileira está colocando todos no mesmo balaio. Essa carapuça não me serve. Mas é preciso atos concretos e ação forte, com a punição de todos os envolvidos – ressaltou Pavan.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) concordou que os políticos estão desacreditados perante a população e citou como exemplo um telefonema que recebeu após concluir discurso analisando a reforma política. Segundo a senadora, a pessoa que lhe telefonou, preocupada com o financiamento público de campanhas, disse: "Não deixe que presidentes de partidos peguem dinheiro, senão eles roubam".

O senador Magno Malta (PL-ES) relatou recente episódio durante embarque no aeroporto de Brasília, quando passageiros, ao perceberem a presença de parlamentares, se manifestaram identificando-os como "os deputados do mensalão".

Heloísa: reforma é usada para iludir a opinião pública

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou em discurso que, assim que a crise começou a ficar séria, governo e partidos aliados "sacaram com rapidez" a reforma partidária, "numa tática diversionista para ludibriar a opinião pública". Ela sustentou que a reforma não é "a panacéia que irá resolver todos os males da estrutura política nacional".

– A reforma pode impedir o aprofundamento das investigações de corrupção. A reforma política é necessária, mas tudo que foi denunciado já é considerado crime pela nossa legislação – observou.

Heloísa disse que as pessoas lhe perguntam se o Congresso "tem autoridade moral" de fazer reforma política antes de esclarecer as denúncias.

– Já estão sob suspeita todas as votações, porque se deram com parlamentares vendidos



ALERTA Para Heloísa Helena, a reforma política não pode impedir as investigações de corrupção

e governo comprando – argumentou.

A senadora defendeu o financiamento público de campanha e não poupou a possibilidade de se criar "cláusulas de barreira" severas para impedir a criação de pequenos partidos. Um dos problemas levantados contra o financiamento público é a lista fechada de candidatos, que seriam indicados pela direção partidária. Para ela, é fácil resolver: basta permitir listas avulsas de candidatos indicados pela sociedade, autorizando que pessoas não filiadas se candidatem.



Bancada do PT manifesta apoio ao governo e Ideli solidariza-se com José Dirceu, enquanto PSDB e PFL propõem comissão externa para acompanhar investigações da Polícia Federal nos Correios



Roosevelt Pinheiro

REQUISITOS Bornhausen afirma que próximo presidente terá que ser competente e correto

Bornhausen diz que governo já acabou

Em um café da manhã realizado ontem para abrir o Congresso de Refundação do PFL, o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), afirmou que a crise política enfrentada pelo Brasil mostra que o próximo presidente da República terá de ser competente, um administrador comprovado e um cidadão portador de idoneidade inatacável, ou seja, "blindado do ponto de vista moral".

Referindo-se à declaração do presidente Lula de que deseja ser julgado ao final de sua administração, Bornhausen disse que, efetivamente, o governo já acabou.



Roosevelt Pinheiro

EXPECTATIVA Paulo Octávio acredita em crescimento do PFL nas próximas eleições

Paulo Octávio promete oposição responsável

Paulo Octávio (PFL-DF) registrou que, durante o Congresso de Refundação do PFL, realizado ontem no Auditório Nereu Ramos, da Câmara, deputados estaduais e federais, senadores e outros convencionais refletiram não apenas sobre os ideais que o partido deverá perseguir a partir de agora, mas também analisaram o quadro político.

– O PFL reafirmou sua intenção de prosseguir fazendo oposição responsável. Nossa expectativa é de que as próximas eleições apontem um crescimento grande no número de nossos candidatos eleitos.

Oposição quer acompanhar trabalho da PF nos Correios

Ideli manifesta solidariedade a José Dirceu

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) manifestou solidariedade ao ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu, que entregou o cargo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início da noite de ontem.

Falando da tribuna ao final da sessão de ontem, Ideli Salvatti lembrou o passado de militância política de José Dirceu antes e depois do Partido dos Trabalhadores, do qual foi um dos fundadores. Ela ressaltou a importância da volta de José Dirceu, que é deputado federal, ao Congresso "para defender os interesses democráticos da nação".

– Ele voltará para defender sua honra, sua história, assim como a história do PT, e estará sempre ligado a este governo – finalizou a senadora.

As bancadas do PFL e do PSDB na Câmara e no Senado encaminharam ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, requerimento de instalação de comissão mista especial externa para acompanhar as investigações da Polícia Federal sobre denúncias de corrupção nos Correios. O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), disse que a iniciativa foi motivada pelo desejo da oposição em dar suporte aos trabalhos investigativos, e não por uma possível desconfiança sobre a lisura e a isenção desses procedimentos.

A comissão teria prazo de funcionamento de 120 dias e seria composta por 11 deputados e 11 senadores oriundos, preferencialmente, da CPI dos Correios. Dois objetivos moveriam a criação dessa comissão especial, segundo justificou o requerimento: atestar publicamente a lisura e a isenção dos procedimentos realizados pelo Poder Executivo e dar garantias ao inquérito parlamentar recém-iniciado no Congresso.



Genaldo Magela

PROPOSTA Deputado Rodrigo Maia (E) e senador José Agripino entregam a Renan Calheiros (C) requerimento para instalar comissão externa

Paralelamente à apresentação desse requerimento, parlamentares do PFL e do PSDB que integram a CPI dos Correios reuniram-se para discutir a estratégia de atuação na comissão. De acordo com o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), a serenidade e o equilíbrio deverão marcar a postura dos opositoristas nessa investigação.

Outra novidade relacionada à CPI dos Correios foi a apresentação de oito requerimen-

tos pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), um deles pedindo a convocação de Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, alvo de denúncias de corrupção nas loterias da Caixa Econômica Federal.

O presidente da comissão mista de inquérito, senador Delcídio Amaral (PT-MS), e o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), não vêem conexão entre o caso Waldomiro Diniz e as denúncias sobre os Correios.



Roosevelt Pinheiro

COMPROMISSO Alvaro Dias garante que o PSDB não deseja a instabilidade governamental

Alvaro espera que denúncias sejam esclarecidas

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou esperar que a demissão do ministro da Casa Civil, José Dirceu, com sua volta à Câmara como deputado, "contribua para o total esclarecimento" das denúncias de corrupção noticiadas nos últimos dias.

– Espero que a demissão não sirva apenas para aplacar a consciência nacional, tomada pela indignação coletiva, em razão dos escândalos que mobilizam o país – observou.

Alvaro Dias reafirmou que o PSDB não deseja a instabilidade governamental.

Delcídio lê carta de apoio da bancada do PT a Lula

O líder do bloco de apoio ao governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), leu ontem, em Plenário, carta aberta da bancada do PT na Casa em apoio ao presidente Lula, ao seu governo e ao PT. Delcídio ressaltou seu orgulho e o de seus 12 liderados em pertencer aos quadros do partido, cioso de ter construído uma trajetória de 25 anos calcada na "transparência, retidão de caráter e compromisso com o povo".

A bancada petista no Senado abriu o documento reconhecendo a grave crise vivida pelo país. Ao mesmo tempo em que afirmam que a situação precisa ser objeto de reflexão por todos, os senadores do PT sustentam que não se deixarão abater pelas dificuldades. E assinalam, "com enorme tranquilidade", que não se furtam à tarefa de fazer a defesa do governo e do presidente da República.

– Lula, por sua trajetória de homem do povo, de líder sindical, de vítima dos opressores, por sua integridade e por sua solidariedade com os excluídos, não é um patrimônio só do PT: ele é um patrimônio dos homens e das mulheres de bem, que querem construir um país com justiça social – destacam na carta.

Delcídio registrou seu apoio, respeito e sua consideração ao PT e a seu presidente, José Genoíno.



Roosevelt Pinheiro

AVALIAÇÃO João Capiberibe constata sentimento de descrédito popular

Capiberibe: crise abre caminhos para democracia

João Capiberibe (PSB-AP) avaliou que cresce entre a população um sentimento de descrença e revolta contra o Estado e o sistema representativo. Para o senador, há um descrédito generalizado das instituições democráticas, e não apenas uma deterioração da imagem dos políticos. Capiberibe acredita que as "práticas políticas nefastas" aparecem em várias partes do Estado brasileiro, tanto nas esferas federal, municipal e estadual quanto nos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

Ele resalta que a crise pode ser encarada como oportunidade para que se rediscutam temas como a reforma do Estado, a reforma política e a transparência das contas públicas: "Só assim se conseguirá redesenhar o quadro institucional de nossa democracia".

Jane Araújo



DECISÕES CRA acolheu propostas de Pavan (à direita, ao lado de Augusto, Tourinho e Garibaldi). Na CI, foi aprovada proposta de Heráclito (na mesa, com Alberto Silva)

Célio Azevedo



Tuma elogia divulgação do Orçamento

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou o Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas (Siga Brasil), que foi lançado pelo Senado na quarta-feira. Por meio de um portal na Internet, qualquer pessoa poderá ter acesso a informações sobre o Orçamento do governo, como leis orçamentárias e a execução das despesas federais aprovadas pelo Congresso.

– Estou muito orgulhoso com o Siga Brasil, que contou com o apoio da gestão anterior desta Casa, quando o presidente era o senador José Sarney, para que o projeto fosse iniciado. E, com o presidente Renan Calheiros e a Mesa atual, o sistema pôde ser aprimorado – afirmou Tuma.



Roosevelt Pinheiro

AVANÇO Sistema lançado pelo Senado permite acompanhar gastos do governo, ressalta Tuma

Comissões definem emendas à LDO

Iniciativas beneficiam estradas federais, turismo interno e segurança na região Calha Norte

Três comissões permanentes do Senado – de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE) – realizaram reuniões para examinar emendas à proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Na CI, duas emendas, sugeridas por José Jorge (PFL-PE), criam restrições ao contingenciamento do orçamento das agências

reguladoras. Outra, de Heráclito Fortes (PFL-PI), estabelece contrapartidas de estados e municípios a transferências voluntárias da União, e as duas últimas, propostas por Leonel Pavan (PSDB-SC) e Alberto Silva (PMDB-PI), dizem respeito à destinação de recursos para estradas federais.

Entre as cinco emendas aprovadas pela CDR está a do senador Augusto Botelho (PDT-RR) que propõe a implantação de dez novas unidades militares na região conhecida como Calha Norte – faixa de fronteira dos estados do Acre e de Rondônia.

Foram acolhidas ainda duas propostas do presidente da CDR, senador Tasso Jereissati

(PSDB-CE). A primeira cria 50 projetos de apoio a pequenas empresas de caráter regional, e a segunda prevê a implantação de 15 projetos de apoio à inovação tecnológica para a agricultura familiar no Nordeste.

Os membros da CDR aprovaram outras duas emendas, ambas do senador Leonel Pavan, com o objetivo de fortalecer o turismo interno.

Encaminhamento

Ao presidir a reunião da CAE, destinada a examinar emendas ao Orçamento, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) encaminhou a outras comissões permanentes da Casa três sugestões ao projeto da LDO, de autoria do senador Leonel Pavan. A CAE não apresentará

emendas.

– A consultoria da área econômica do Senado achou que as três emendas apresentadas pelo senador Pavan não eram pertinentes à matéria da CAE. Em vez de rejeitá-las, nós aprovamos sua remessa às comissões permanentes que tratam dos assuntos constantes das sugestões – explicou Tuma.

Das emendas apresentadas por Pavan, duas, relacionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, serão encaminhadas à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e a terceira, visando à instalação da Rede Sarah Kubitschek de Hospitais em Santa Catarina, será enviada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Roosevelt Pinheiro



APELO Verba para o Ministério dos Transportes não poderia ser contingenciada, argumenta Aelton

Aelton pede recursos para obras em rodovias

O senador Aelton Freitas (PL-MG) fez um apelo à equipe econômica do governo para que não bloqueie as verbas orçamentárias do Ministério dos Transportes. Ao reforçar o pedido do Partido Liberal para que sejam dadas ao ministro Alfredo Nascimento as condições para a execução de melhorias de infra-estrutura das rodovias, o senador disse que, sem recursos, não há condição de recuperar as estradas.

– Os R\$ 6 bilhões previstos não poderiam ser afetados pelo contingenciamento – afirmou.

Deputados de Rondônia negam cobrança de propina

Na reunião de ontem da comissão especial externa destinada a examinar denúncias de corrupção em Rondônia, dois deputados estaduais convidados a depor – Edison Gazoni (PDT) e Chico Doido (PSB) – negaram as acusações de que estariam cobrando propina do governador Ivo Cassol em troca de apoio ao Executivo. O depoimento do presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, Carlão de Oliveira (PFL), foi reservado, a pedido do deputado. As denúncias foram divulgadas no programa *Fantástico*, da Rede Globo.

Gazoni, respondendo a questionamentos do relator da comissão, senador Demostenes Torres (PFL-GO), disse que teve encontros com o governador de Rondônia, mas “não para negociar emendas”. Ele garantiu que jamais autorizou o deputado estadual Ronilton Capixaba, do PL, a fazer qualquer negociação em nome dele, Gazoni. Em fita veiculada pela Rede Globo, Ronilton cita Gazoni como in-

tegrante de um esquema para receber propinas.

Aos senadores Sibá Machado (PT-AC), presidente da comissão, e Amir Lando (PMDB-RO), Gazoni afirmou que provará sua inocência com ações judiciais, mas que “isso não resgatará o mal que as denúncias fizeram para a família e amigos”. O deputado disse ainda que houve montagem na edição dos vídeos.

Chico Doido contou que só esteve com Cassol junto com outros políticos. Ele afirmou que fazia parte do grupo que apoiou a eleição de Carlão de Oliveira, mas que não sabe nada de “pagamento por votos” para composição da Mesa.

A comissão reservará as próximas terça-feira e quarta-feira para que os senadores assistam a fitas gravadas com as denúncias. Na quinta-feira, será realizada audiência com os demais deputados estaduais implicados. O governador Ivo Cassol deverá ser ouvido no dia 28.

Roosevelt Pinheiro



PROVA Segundo Fátima Cleide, Polícia Federal teria fita em que o governador incentiva garimpo ilegal

Fátima Cleide ressalta denúncia contra Ivo Cassol

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) comentou ontem reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o governador de Rondônia, Ivo Cassol, publicada no último dia 12. De acordo com a matéria, a Polícia Federal teria um vídeo em que o governador aparece incentivando o garimpo ilegal de diamantes. Em outro trecho, caciques cintas-largas advertem Cassol de que poderia haver mortes em conflitos com garimpeiros. As imagens teriam sido gravadas

sete meses antes do massacre de 29 garimpeiros na Reserva Roosevelt, em 7 abril de 2004.

– A fita foi gravada abertamente, em 4 de setembro de 2003, quando o governador pousou de helicóptero na reserva, sem autorização da Fundação Nacional do Índio – declarou a senadora, lembrando que Ivo Cassol negou ter feito essa visita.

Fátima Cleide afirmou que a gravação, além de mostrar o governador incentivando a garimpagem no local, também o exibe declarando conhecimento da prática de corrupção por parte de policiais; desacreditando as iniciativas e intenções do governo federal; e sugerindo aos índios vantagens na cumplicidade com exploradores ilegais de diamantes.

A senadora assinalou que os caciques cintas-largas, em depoimento à Polícia Federal, contaram que Cassol lhes pediu uma comissão de 2% sobre a produção ilegal de diamantes, em troca da instalação de máquinas de extração, estradas, escolas, postos de saúde e parceria na luta pela legalização do garimpo.

Geraído Magela



ACOLHIDA Também presidente do Senado da Argentina, Daniel Scioli (E), que estava acompanhado de comitiva, recebeu saudação de Renan Calheiros

Plenário recebe visita do vice-presidente argentino

O diálogo entre os parlamentos dos países é fundamental para que cada um entenda a dimensão, os anseios, as perspectivas e os projetos da outra parte, afirmou o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, ao saudar ontem o presidente do Senado argentino e vice-presidente daquele país, Daniel Scioli, durante visita ao Plenário. Scioli estava acompanhado de senadores e deputados, e do embaixador no Brasil, Juan Pablo Lohle.

Em maio, quando a imprensa noticiava desentendimentos que poderiam afetar a aliança estratégica entre Brasil e Argentina, Renan pediu ao senador Cristovam Buarque (PT-DF) que fosse porta-voz de um con-

vite para Daniel Scioli visitar o Parlamento brasileiro.

– Pensamos que a simples visita do presidente do Senado argentino ao Brasil poderia se constituir em um gesto político de impacto capaz de ajudar a dissipar as visões pessimistas. – explicou Renan.

Cristovam, que da tribuna deu boas-vindas à comitiva, propôs que os encontros entre os presidentes dos Senados brasileiro e argentino sejam periódicos.

Dirigindo-se aos senadores, Daniel Scioli informou que a visita também teve o objetivo de conhecer a estrutura de comunicação do Senado e o modelo de integração desenvolvido pelo Interlegis.

Para Scioli, nações do Mercosul devem atrair novos investimentos

Os países do Mercosul precisam retomar oportunidades de investimentos, disse o vice-presidente da Argentina, Daniel Osvaldo Scioli, em entrevista ao programa *Cidadania Especial*, da TV Senado, que vai ao ar amanhã. Para isso, sugeriu, os sócios do bloco econômico devem pensar juntos em formas de atrair novos investimentos, vender mais ao mundo e fortalecer indústrias como o turismo.

– Não devemos brigar para ver se atraímos turistas para o Rio de Janeiro ou para Buenos

Aires, se podemos integrar nossas indústrias e trazê-los para visitar os dois países.

Ele admitiu que sempre há problemas a resolver quando os países alcançam maior nível de convivência, como é o caso, atualmente, dos dois maiores sócios do Mercosul. Mas tudo pode ser resolvido, observou, quando há vontade política e confiança nos benefícios da integração.

– Os Parlamentos têm a responsabilidade de redigir as leis que vão permitir e facilitar a expansão dos negócios.

Acordo vai oferecer recursos nas áreas de comunicação e informática

O senador Renan Calheiros e o vice-presidente da Argentina e presidente do Senado daquele país, Daniel Scioli, assinaram ontem um acordo em que a Casa se compromete a cooperar com o Senado argentino, colocando à disposição daquela instituição recursos tecnológicos de sua Secretaria de Comunicação Social e outros setores.

Esses recursos envolvem a TV Senado, a Secretaria Especial de Informática (Prodasen), o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e o Interlegis, programa que busca integrar e modernizar o Poder Legislativo em todo o país, nos níveis nacional, estadual e municipal.

País avança nas metas para desenvolvimento

■ Cristovam afirma que melhoria não é suficiente para o Brasil se livrar da exclusão social até 2015

O Brasil está avançando mais rapidamente que a média da América Latina e Caribe em direção à maioria dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O país já alcançou as metas na educação e está mais próximo de cumprir os compromissos de reduzir a mortalidade infantil, aumentar o acesso à água potável e diminuir a pobreza pela metade.

Essas são algumas das conclusões do relatório regional sobre os Objetivos de Desen-

volvimento do Milênio para a América Latina e o Caribe, entregue ontem ao presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e coordenador da Bancada do Milênio, senador Cristovam Buarque (PT-DF), pelo coordenador residente da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Carlos Lopes.

O documento faz uma análise preliminar dos compromissos assumidos, há cinco anos, com a ONU por 189 países, entre os quais o Brasil, que deverão ser cumpridos até 2015 como forma de promover a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento socioeconômico da região. O trabalho foi coordenado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Para Cristovam Buarque, o avanço obtido pelo Brasil com relação a essas metas não foi na velocidade suficiente para se livrar da exclusão social nos próximos dez anos.

A reunião para a entrega do relatório contou com a presença dos ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e das Cidades, Olívio Dutra, entre outras personalidades.

Segundo Patrus Ananias, o governo está trabalhando “firme” para que as metas sejam cumpridas. De acordo com Olívio Dutra, todos os documentos elaborados pela ONU em relação ao Brasil são importantes e servem para orientar as políticas de inclusão social executadas pelo governo.



AValiação Cristovam (terceiro à direita), entre Patrus Ananias e Olívio Dutra, recebe documento de Carlos Lopes

Objetivos na área ambiental são maior desafio, diz relatório

O compromisso firmado no ano 2000 com a Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece oito objetivos que deverão ser cumpridos pelos 189 países, em sua maioria, até 2015: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater a Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento.

O relatório indica que o Brasil ainda mantém uma das mais agudas desigualdades de renda da América Latina, onde os 20% mais ricos da população

se apropriam da maior fatia da renda nacional – cerca de 64%. Com relação ao ensino, o documento mostra que tanto a América Latina como o Brasil já alcançaram a meta de eliminar a disparidade entre os sexos na educação.

A taxa de mortalidade infantil no país ainda está ligeiramente acima da média regional. Contudo, o país tem conseguido avanços um pouco mais rápidos do que as demais nações do continente.

Na área de saúde, o maior destaque brasileiro é o combate à Aids. A política nesse setor é considerada modelo para os países vizinhos. O principal desafio do Brasil está no cumprimento das metas relativas a sustentabilidade ambiental.

Indicações para a Argélia e Alemanha

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem pareceres favoráveis às mensagens presidenciais com indicações dos diplomatas Sérgio França Danese, para embaixador na Argélia, e Luiz Felipe de Seixas Corrêa, para embaixador na Alemanha.

O colegiado também acolheu o nome de Clodoaldo Huguency Filho para o cargo de delegado permanente do Brasil em Genebra, na Suíça. Todas as indicações foram aprovadas por unanimidade e agora serão submetidas à análise do Plenário.

De acordo com o relator da indicação de Seixas Corrêa, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), o diplomata “é dos melhores quadros do Itamaraty”.

Célio Azevedo



SEGURO Proposta visa eliminar riscos futuros de abastecimento de energia, esclarece Tourinho

Projeto vai regulamentar uso de gás natural

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciou ontem projeto para regular a exploração e comercialização do gás natural no Brasil, objetivando reduzir a dependência externa do país em relação ao produto. A proposição, justificou, visa eliminar problemas futuros na oferta de energia elétrica, hoje basicamente de origem hidrelétrica.

A favor da iniciativa, Tourinho argumenta que a Petrobras tem abandonado programas para a oferta e comercialização de gás natural, em função de ações mais rentáveis envolvendo petróleo. Essa oferta, esclareceu, garante a operação de termelétricas, fundamentais para a indústria brasileira, por gerar energia a baixo custo.

Tourinho diz que a regulamentação do uso do gás natural vai compensar grande parte do déficit de energia elétrica da Bahia e de outros estados do Nordeste, além de beneficiar o próprio Sudeste, que hoje importa quase 90% do gás para sua indústria. Ele quer apressar o exame da matéria por temer que uma crise institucional na Bolívia atrapalhe a execução do Gasoduto Brasil-Bolívia.

A proposta, explicou, também aborda questões relativas ao licenciamento ambiental para a construção de gasodutos. Além disso, ainda insere dispositivos sobre a divisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os estados usuários e distribuidores do gás natural. O senador também lembrou que esteve em Washington (EUA), onde colheu subsídios para seu projeto junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Combate a desmatamento exige apoio da sociedade

■ Para Marina Silva, fim de "cadeia corrupta" na Amazônia depende de ações estruturantes e parceria

Em audiência pública realizada ontem, para avaliar as consequências dos novos índices de desmatamento na Amazônia, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse que a questão não pode ser enfrentada somente por seu ministério, mas pela sociedade como um todo. Divulgados em maio, os índices do governo informam que, entre 1º de agosto de 2003 e 1º de agosto de 2004, a floresta perdeu 26.130 quilômetros quadrados.

– Coube ao governo Lula a gigantesca tarefa de fazer uma ponte entre a dinâmica do de-

envolvimento da Amazônia e a manutenção dos nossos recursos naturais. Desmatamento se combate assim, de forma estruturante, em parceria com a sociedade, para acabar com uma cadeia corrupta que funciona há décadas na Amazônia.

A audiência pública foi organizada pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a pedido dos senadores Sibá Machado (PT-AC) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO). O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), que presidiu o início da reunião, afirmou que a questão é séria, não cabendo demagogia.

Marina Silva começou agradecendo a aprovação, no Senado, na quarta-feira, do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 13/05, que impede o desmatamento em

áreas sob estudo para possível transformação em unidades de conservação. Com essa medida, explicou, o ministério ganhou sete meses para conduzir as pesquisas e acabar com formas de consultas, em fontes como a Internet, que não eram ideais.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, afirmou que, a partir de 1997, o desmatamento na região cresceu ininterruptamente, mas em índices menores, devido aos programas de combate. Capobianco lembrou que, em 2002, o Pará era o estado campeão em desmatamento, quase empatado com Mato Grosso. Enquanto no primeiro estado teria havido redução consistente, Mato Grosso disparou na liderança e hoje é responsável por 48,1% de todo o desmatamento da Amazônia Legal.



PREOCUPAÇÃO Marina (entre Quintanilha e Sérgio Guerra) em audiência que debateu avanço da degradação de floresta

Senadores apresentam sugestões à ministra

Pelo menos metade dos recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) deve ser aplicada em projetos social e ambientalmente viáveis. A sugestão foi apresentada por João Capiberibe (PSB-AP) à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na audiência sobre o desmatamento da Amazônia. Capiberibe solicitou ainda a divulgação, em tempo real via Internet, das atividades de manejo da floresta. Marina disse que os planos estarão na rede a partir de julho.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu o programa Safra Legal, por meio do qual

pequenos produtores do Pará foram autorizados a vender a madeiras matéria-prima retirada de até três hectares de sua propriedade. Serys Slesarenko (PT-MT) pediu ação do governo para evitar que grileiros derrubem florestas ou queimem madeira apenas para simular ocupação que justifique a posse da terra. Antônio Leite (PMDB-MA) demonstrou preocupação com o processo de licença ambiental para a construção de usina hidrelétrica sobre o rio Tocantins.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou a aprovação, pela Assem-

bléia Legislativa do Pará, do projeto de zoneamento econômico-ecológico do estado. Já o senador Sibá Machado (PT-AC) quis saber se seria possível ao governo promover campanha para que exportadores e consumidores aceitem somente material certificado. Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que as ações do governo reduziram os "maus madeireiros", mas também estão impedindo que os "bons" cumpram seus contratos. Jefferson Péres (PDT-AM) classificou de "holocausto ecológico" os índices de desmatamento da Amazônia em um ano.



AVISO Se alguém apoiou campanha visando outros objetivos, afirma Ana Júlia, "vai quebrar a cara"

Ana Júlia contesta denúncias sobre contribuições

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou ontem serem falsas as acusações de que sua campanha eleitoral à prefeitura de Belém, em 2004, foi financiada por grileiros. Ela disse que a empresa Precious Woods, uma das que colaborou com sua campanha, acusada de grilagem de terras, mantém atividades de manejo florestal legais.

– Essa empresa contribuiu legalmente, como todas as outras, com nossa campanha, com a imensa quantia de R\$ 10 mil. E isso jamais pautou minha atuação aqui em relação ao combate à grilagem, ao combate firme ao trabalho escravo. Seja quem tenha contribuído para a campanha, se o fez com outro objetivo vai quebrar a cara – disse.

Ana Júlia assinalou que o autor das "infundadas denúncias publicadas pela revista *Veja*", contra o Ibama e o PT, o presidente do Sindicato dos Produtores Florestais e Reflorestadores do Estado do Pará (Sindifloresta), Mário Rubens de Souza Rodrigues, foi condenado por ameaçar o gerente do órgão em Belém. Segundo ela, as denúncias decorrem do fato de Rodrigues não ter conseguido aprovar projeto de manejo florestal, pois queria utilizar terras que não eram de sua propriedade.

– Qualquer denúncia, qualquer acusação que parta desse Sindifloresta tem a marca da fraude. É neste sindicato-fantasma que estão se organizando alguns dos principais madeireiros ilegais – destacou.

Ana Júlia elogiou a atuação "firme e honesta" do Ibama no Pará, onde, nos últimos dois anos, o desmatamento teria diminuído 20%.

Fátima Cleide (PT-RO) apoiou e elogiou a colega, bem como o senador Sibá Machado (PT-AC).